

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas à administração da Cidade de Deus, Osasco, 27 de março de 2014.

Cidade de Deus, Osasco, 27 de março de 2014.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
ATIVO	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
CIRCULANTE	1.387.288	1.743.350	CIRCULANTE	785.444	829.576
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	97.704	695.032	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16e)	86.627	130.730
Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 6)	8.668	36.349	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 11d)	698.722	698.760
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a)	497.191	473.778	Outras Obrigações	95	86
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	115.132	114.653			
Valores a Receber (Nota 7)	666.112	421.845	NÃO CIRCULANTE	214.052	80.928
Outros Créditos	2.481	1.693	Provisão para Impostos e Contribuições	8.447	1.784
NÃO CIRCULANTE	22.973.526	21.522.087	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10)	205.605	79.144
Realizável a Longo Prazo	1.976.244	818.466			
Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 6)	657.308	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.361.318	22.354.933
Valores a Receber (Nota 7)	786.650	556.701	Capital Social (Nota 11a)	11.600.000	9.700.000
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	306.106	153.771	Reservas de Lucros (Nota 11c)	11.800.077	10.773.408
Depósitos Judiciais	148.214	55.076	Outros Resultados Abrangentes	(38.759)	1.881.525
Créditos Tributários (Nota 16c)	77.966	52.918			
Investimentos em Coligadas e Controladas (Nota 8)	20.957.077	20.663.416			
Intangível (Nota 9)	40.205	40.205			
TOTAL	24.360.814	23.265.437	TOTAL	24.360.814	23.265.437

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012		2013	2012
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	3.222.935	2.939.127	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	3.222.935	2.939.127
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	3.112.558	2.885.129	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.222.935	2.939.127
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14)	193.631	127.156	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Despesas Tributárias (Nota 12)	(82.117)	(71.893)	Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.112.558)	(2.885.129)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(1.137)	(1.265)	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	(156.722)	(82.325)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.222.935	2.939.127	Lucro Líquido Ajustado	(46.345)	(28.327)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	11.606	11.326	(Aumento) em Ativos	(233.437)	(12.333)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.234.541	2.950.453	Aumento/(Redução) em Obrigações	(36.228)	71.740
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(316.010)	31.080
			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
			Aquisição de Investimentos	(724.366)	(149.661)
			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(196.000)	(396.000)
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	854.359	884.938
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(66.007)	339.277
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
			Aumento de Capital	616.300	430.000
			Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(831.611)	(616.718)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(215.311)	(186.718)
			Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(597.328)	183.639
			Início do Exercício	695.032	511.393
			Fim do Exercício	97.704	695.032
			Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(597.328)	183.639

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Lucro Líquido	3.234.541	2.950.453
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.920.284)	1.277.063
Total do Resultado Abrangente	1.314.257	4.227.516

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Reservas de Lucros					
	Capital Social	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.293.000	959.106	8.660.245	85.526	604.462	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	2.950.453
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	1.277.063	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	1.277.063
Aumento do Capital por Subscrição (Nota 11a)	430.000	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a)	977.000	-	(977.000)	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	147.522	1.898.009	-	-	(2.045.531)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(863.129)
- Dividendos	-	-	-	-	-	(41.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.700.000	1.106.628	9.581.254	85.526	1.881.525	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	3.234.541
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(1.920.284)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	1.277.063
Aumento do Capital por Subscrição (Nota 11a)	616.300	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a)	1.283.700	(959.106)	(324.594)	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	161.727	2.148.642	-	-	(2.310.369)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(924.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.600.000	309.249	11.405.302	85.526	(38.759)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais						
1) CONTEXTO OPERACIONAL						
A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.						
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2014.						
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS						
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.						
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.						
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS						
a) Moeda funcional e de apresentação						
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.						
b) Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.						
c) Instrumentos financeiros						
(i) Classificação dos ativos financeiros						
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado						
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.						
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais, que de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda. Os valores dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado estão apresentados na Nota 6.						
(ii) Classificação por nível hierárquico						
Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.						
(iii) Passivos financeiros						
A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.						
d) Valores a receber						
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.						
e) Investimentos						
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (<i>impairment</i>) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 8.						
f) Ativos intangíveis						
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.						
Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.						
g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (<i>impairment</i>)						
A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por <i>impairment</i> . Nos exercícios de 2013 e de 2012, não houve perdas por <i>impairment</i> .						
h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais						
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:						
<ul style="list-style-type: none"> Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o 						
que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;						
<ul style="list-style-type: none"> Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. 						
(i) Patrimônio líquido						
(i) Lucro por ação						
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.						
(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar						
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo do juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11d.						
(j) Imposto de renda e contribuição social						
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre variação monetária dos depósitos judiciais, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, quando aplicável, baseados nas expectativas atuais de realização.						
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.						
A despesa com imposto de renda corrente é calculada com a soma do imposto corrente, resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos na demonstração do resultado.						
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 16.						
k) Apuração do resultado						
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.						
l) Eventos subsequentes						
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:						
<ul style="list-style-type: none"> Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. 						
4) GERENCIAMENTO DE RISCOS						
A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/ indiretos, do Banco Bradesco S.A. e da Bradespar S.A., os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.						
Valor justo de ativos e passivos financeiros						
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:						
Nível 1						
Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.						
Nível 2						
<i>Inputs</i> , exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).						
Nível 3						
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (<i>inputs</i> não observáveis).						
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA						
Em 31 de dezembro						
2013						
2012						
Depósito bancário (1)						
61.342						
Fundos de investimentos financeiros (2)						
36.362						
Total						
97.704						
695.032						
(1) No país e no exterior; e						
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.						

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	3
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	17
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI	9
FERRARA PARTICIPACOES S.A.	13
NCF PARTICIPACOES S.A.	7
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	5
PROMOSEC COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS	15
TITANIUM HOLDINGS S.A.	11

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

6) VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Circulante		
Aplicação em <i>eurobonds</i> (1).....	8.668	36.349
Total	8.668	36.349
Não circulante		
Aplicação em debêntures (1).....	657.308	-
Total	665.976	-

(1) Estes ativos são classificados na categoria de valor justo por meio de resultado, enquadradas no Nível 2.

7) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1).....	666.112	421.845
Total	666.112	421.845
Não circulante		
Contratos de mútuo (2).....	786.650	556.701
Total	786.650	556.701

(1) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, acrescido da variação da taxa SELIC; e
(2) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para março de 2016.

8) INVESTIMENTO

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 3.112.558 (2012 - R\$ 2.885.129); e
b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
				Banco Bradesco S.A. (1) (3).....	38.100.000		72.153.399	12.395.920	910.343	460
Bradespar S.A. (1) (3).....	4.100.000	9.034.225	(47.674)	44.883	301	12,93%	1.167.806	1.204.274	(9.627)	56.732
Titanium Holdings S.A. (1).....	284.000	609.448	58.650	37.056	-	50,00%	304.724	290.197	29.325	26.798
NCF Participações S.A. (1).....	4.269.354	5.827.890	469.983	783.823	-	39,51%	2.302.559	2.181.841	184.950	162.129
Total							20.957.077	20.663.416	3.112.558	2.885.129

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2014 e em 20 de março de 2014, respectivamente.

9) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 40.205 (2012 - R\$ 40.205), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 4.680 decorrentes de ações do Banco Bradesco S.A. e R\$ 35.525 da Titanium Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

1 - Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
No início do período.....	79.144	35.141
Atualizações monetárias.....	8.852	4.115
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	117.609	39.888
No final do período.....	205.605	79.144

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 2013 e 2012, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ordinárias.....	6.993.751.451	6.806.118.921
Total	6.993.751.451	6.806.118.921

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 18 de março de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 616.300, elevando-o de R\$ 9.700.000 para R\$ 10.316.300, mediante a subscrição de 185.632.530 novas ações ON, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 29 de abril de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.283.700, elevando-o de R\$ 10.316.300 para R\$ 11.600.000, mediante a capitalização de saldo da conta Reserva de Lucros - Reserva Legal/Estatutária, sem emissão de ações.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 0,47 (2012 - R\$ 0,44), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	3.234.541	2.950.453
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	6.947.343	6.767.705
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,47	0,44

c) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício de 2013, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil		% (1)
	2013	2012	
Lucro líquido do exercício.....	3.234.541	(161.727)	
Reserva legal.....	161.727		
Base de cálculo	3.072.814		
Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados.....	924.172		
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2).....	(92.600)		
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2013	831.572		27,1
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2012	818.439		29,2

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo; e
(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente ao Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Pis.....	12.993	12.933
Cofins.....	59.846	58.956
Outras.....	9.278	4
Total	82.117	71.893

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Despesas de pessoal.....	302	302
Serviços prestados por terceiros.....	563	725
Editais e publicações.....	190	184
Outras.....	82	54
Total	1.137	1.265

14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Rendimento de ativos financeiros.....	50.867	45.375
Variação cambial.....	11.700	4.856
Juros ativos, líquidos de juros passivos.....	131.064	76.925
Total	193.631	127.156

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	10	-	7	-
Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman.....	61.332	-	24.975	-
Instrumentos Financeiros:				
Debêntures.....	657.308	31.077	-	633
<i>Eurobonds</i> - Agência Bradesco Grand Cayman.....	8.668	(3.076)	36.349	2.091

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo

a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 11 de abril de 2014

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP16720/O-1

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A.....	3
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES.....	17
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI.....	9
FERRARA PARTICIPACOES S.A.	13
NCF PARTICIPACOES S.A.	7
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	5
PROMOSEC COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS.....	15
TITANIUM HOLDINGS S.A.	11

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

Cidade de Deus, Osasco, 27 de março de 2014.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2013	2012		2013	2012
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	1.387.288	1.743.350	CIRCULANTE	785.444	829.576
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	97.704	695.032	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16e).....	86.627	130.730
Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 6).....	8.668	36.349	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 11d).....	698.722	698.760
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a).....	497.191	473.778	Outras Obrigações.....	95	86
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d).....	115.132	114.653			
Valores a Receber (Nota 7).....	666.112	421.845	NÃO CIRCULANTE	214.052	80.928
Outros Créditos.....	2.481	1.693	Provisão para Impostos e Contribuições.....	8.447	1.784
NÃO CIRCULANTE	22.973.526	21.522.087	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10).....	205.605	79.144
Realizável a Longo Prazo	1.976.244	818.466			
Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 6).....	657.308	556.701	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.361.318	22.354.933
Valores a Receber (Nota 7).....	786.650	153.771	Capital Social (Nota 11a).....	11.600.000	9.700.000
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d).....	306.106	55.076	Reservas de Lucros (Nota 11c).....	11.800.077	10.773.408
Depósitos Judiciais.....	148.214	52.918	Outros Resultados Abrangentes.....	(38.759)	1.881.525
Créditos Tributários (Nota 16c).....	77.966				
Investimentos em Coligadas e Controladas (Nota 8)	20.957.077	20.663.416			
Intangível (Nota 9)	40.205	40.205			
TOTAL	24.360.814	23.265.437	TOTAL	24.360.814	23.265.437

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			
Exercícios findos em 31 de dezembro				Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	2012		2013	2012		2013
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	3.222.935	2.939.127	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.222.935
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8).....	3.112.558	2.885.129	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.222.935	2.939.127	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14).....	193.631	127.156	Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(3.112.558)	(2.885.129)	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras.....	(156.722)
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(82.117)	(71.893)	Lucro Líquido Ajustado	(46.345)	(28.327)	(Aumento) em Ativos.....	(233.437)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13).....	(1.137)	(1.265)	(Aumento/(Redução) em Obrigações.....	(36.228)	17.740	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(316.010)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.222.935	2.939.127	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(316.010)	31.080	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	11.606	11.326	Aquisição de Investimentos.....	(724.366)	(149.661)	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	(196.000)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.234.541	2.950.453	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	854.359	884.938	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(66.007)
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			Aumento de Capital.....	616.300
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b)	0,47	0,44	Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(831.611)	(616.718)	Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(831.611)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(215.311)	(186.718)	Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(597.328)
			Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(597.328)	183.639	Início do Exercício.....	695.032
						Fim do Exercício.....	97.704
						Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(597.328)
							183.639

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	2012	
Lucro Líquido	3.234.541	2.950.453	
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	(1.920.284)	1.277.063	
Total do Resultado Abrangente	1.314.257	4.227.516	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais								
Eventos	Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais	
	Capital Social	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.293.000	959.106	8.660.245	85.526	604.462	-	18.602.339	
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	2.950.453	2.950.453	
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	1.277.063	-	1.277.063	
Outros Resultados Abrangentes							4.227.516	
Aumento do Capital por Subscrição (Nota 11a).....	430.000	-	-	-	-	-	430.000	
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a).....	977.000	-	(977.000)	-	-	-	-	
Destinações: - Reservas.....	-	147.522	1.898.009	-	-	(2.045.531)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(863.129)	(863.129)	
- Dividendos.....	-	-	-	-	-	(41.793)	(41.793)	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.700.000	1.106.628	9.581.254	85.526	1.881.525	-	22.354.933	
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	3.234.541	3.234.541	
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(1.920.284)	-	(1.920.284)	
Outros Resultados Abrangentes							1.314.257	
Aumento do Capital por Subscrição (Nota 11a).....	616.300	-	-	-	-	-	616.300	
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a).....	1.283.700	(959.106)	(324.594)	-	-	-	-	
Destinações: - Reservas.....	-	161.727	2.148.642	-	-	(2.310.369)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(924.172)	(924.172)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.600.000	309.249	11.405.302	85.526	(38.759)	-	23.361.318	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2014.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais, que de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda. Os valores dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado estão apresentados na Nota 6.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

(iii) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

d) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminadas na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 8.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 9.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2013 e de 2012, não houve perdas por *impairment*.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois não são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

8) INVESTIMENTO

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 3.112.558 (2012 - R\$ 2.885.129); e

b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
				Banco Bradesco S.A. (1) (3).....	38.100.000		72.153.399	12.395.920	910.343	460
Bradespar S.A. (1) (3).....	4.100.000	9.034.225	(47.674)	44.883	301	12,93%	1.167.806	1.204.274	(9.627)	56.732
Titanium Holdings S.A. (1).....	284.000	609.448	58.650	37.056	-	50,00%	304.724	290.197	29.325	26.798
NCF Participações S.A. (1).....	4.269.354	5.827.890	469.983	783.823	-	39,51%	2.302.559	2.181.841	184.950	162.129
Total							20.957.077	20.663.416	3.112.558	2.885.129

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticos contábeis, quando aplicáveis; e

(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2014 e em 20 de março de 2014, respectivamente.

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

9) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 40.205 (2012 - R\$ 40.205), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 4.680 decorrentes de ações do Banco Bradesco S.A. e R\$ 35.525 da Titanium Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
No início do período	79.144	35.141
Atualizações monetárias.....	8.852	4.115
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	117.609	39.888
No final do período	205.605	79.144

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 2013 e 2012, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ordinárias.....	6.993.751.451	6.808.118.921
Total	6.993.751.451	6.808.118.921

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 18 de março de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 616.300, elevando-o de R\$ 9.700.000 para R\$ 10.316.300, mediante a subscrição de 185.632.530 novas ações ON, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 29 de abril de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.283.700, elevando-o de R\$ 10.316.300 para R\$ 11.600.000, mediante a capitalização de saldo da conta Reserva de Lucros - Reserva Legal/Estatutária, sem emissão de ações.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 0,47 (2012 - R\$ 0,44), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	3.234.541	2.950.453
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	6.947.343	6.767.705
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,47	0,44

c) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício de 2013, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	3.234.541	
Reserva legal.....	(161.727)	
Base de cálculo	3.072.814	
Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados.....	924.172	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2).....	(92.600)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2013	831.572	27,1
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2012	818.439	29,2

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente ao Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Pis.....	12.993	12.933
Cofins.....	59.846	58.956
Outras.....	9.278	4
Total	82.117	71.893

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Despesas de pessoal.....	302	302
Serviços prestados por terceiros.....	563	725
Editais e publicações.....	190	184
Outras.....	82	54
Total	1.137	1.265

14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Rendimento de ativos financeiros.....	50.867	45.375
Varição cambial.....	11.700	4.856
Juros ativos, líquidos de juros passivos.....	131.064	76.925
Total	193.631	127.156

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	10	-	7	-
Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman.....	61.332	-	24.975	-
Instrumentos Financeiros:				
Debêntures.....	657.308	31.077	-	633
<i>Eurobonds</i> - Agência Bradesco Grand Cayman.....	8.668	(3.076)	36.349	2.091

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 11 de abril de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP16720/O-1

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente
Antônio Borna

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Diretor Vice-Presidente
Antônio Borna

Diretores

João Aguiar Alvarez
Denise Aguiar Alvarez
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

Membros
Mário da Silveira Teixeira Júnior
João Aguiar Alvarez
Denise Aguiar Alvarez
Luiz Carlos Trabuco Cappi
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
Julio de Siqueira Carvalho de Araujo
Domingos Figueiredo de Abreu
José Alcides Munhoz
Aurélio Conrado Boni
Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
Marco Antonio Rossi
Lia Maria Aguiar
Lina Maria Aguiar
Maria Angela Aguiar



Ônibus bate e mata cinco na Rio-Santos

Acidente ocorreu ontem de manhã no bairro de Santa Cruz, zona oeste do Rio. Veículo fretado levava funcionários terceirizados para trabalharem em uma obra na região.

Carlos Roberto/Agência O Dia

Pelo menos cinco pessoas morreram e 17 ficaram feridas após um ônibus capotar na Rodovia Rio-Santos (BR-101 Sul) no bairro de Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro, ontem de manhã. O acidente ocorreu por volta das 6h30, na altura do quilômetro 395, próximo à divisa com o município de Itaguaí.

Bombeiros dos quartéis de Santa Cruz, Campo Grande e Itaguaí foram mobilizados para socorrer as vítimas. De acordo com o Corpo de Bombeiros, cinco pessoas morreram no local do acidente: Anderson P. Souza; Vitor S. Silva; Ruberval M.; Welton T. Maranhão; e um homem adulto que não havia sido identificado até o começo da noite. O motorista do ônibus contou que perdeu o controle após ter sido fe-

chado por um outro veículo.

Pela manhã, a Polícia Rodoviária Federal chegou a divulgar que seis passageiros haviam morrido. No entanto, à tarde, a PRF esclareceu que os agentes confundiram um dos feridos, que está em estado grave, com uma pessoa morta.

Dezessete pessoas ficaram feridas e foram levadas a três unidades hospitalares na região. Ainda de acordo com a Polícia Rodoviária Federal, o ônibus fretado transportava funcionários terceirizados de uma empresa de engenharia que funciona em Itaguaí.

O congestionamento no local foi grande durante toda a manhã, tanto na pista sentido Rio quanto na sentido Angra dos Reis, litoral fluminense.

Sul – Em Santa Catarina, duas pessoas morreram e outras quatro ficaram feridas em

duas batidas em rodovias catarinenses, na noite de anteontem.

Por volta das 21h30, uma batida frontal entre um caminhão Iveco e GM Vectra deixou um morto e um ferido no km 110 da rodovia BR-153, em Concórdia (488 km de Florianópolis). Segundo a Polícia Rodoviária Federal, o Vectra invadiu a pista contrária e bateu de frente no caminhão. O ferido foi levado ao hospital de Concórdia.

Outra batida frontal entre um Volkswagen Parati e um GM Classic deixou uma pessoa morta e três feridos no km 133 da rodovia BR-158, em Caibi (681 quilômetros de Florianópolis). Uma pessoa morreu no local e os feridos foram levados a hospitais nas cidades vizinhas de Palmitos e Chapecó. (Agências)



Acidente no Rio: motorista do ônibus disse que perdeu o controle após ter sido fechado por outro veículo.